



**XXIII
SEINPE**
I FEIRA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS

EDUCAÇÃO E INTERCULTURALIDADE: AS REPRESENTAÇÕES ÉTNICO-CULTURAIS NA ESCOLA E OS DESAFIOS DA SUPERAÇÃO DE ESTEREÓTIPOS

Natalie Andrade Nobre - UFAM - nataliemjc5@gmail.com

Eixo 03 - Escola, Cidadania e Cultura

RESUMO

Este estudo se propõe a investigar as práticas pedagógicas em torno das celebrações do Dia dos Povos Indígenas e do Dia da Consciência Negra, problematizando a distância entre a legislação (Lei 11.645/2008) e a realidade escolar. Partindo de uma perspectiva intercultural crítica, argumentamos que a abordagem comemorativa e folclórica, ainda predominante, reduz a complexidade das culturas indígena e afro-brasileira a estereótipos, perpetuando visões homogêneas e prejudicando a formação de uma identidade positiva nos estudantes pertencentes a esses grupos. A metodologia, de natureza qualitativa e interpretativa, combina análise documental de materiais didáticos e projetos pedagógicos com entrevistas semiestruturadas com educadores e discentes. Os resultados preliminares indicam uma significativa carência de formação docente específica e de recursos que favoreçam uma abordagem transversal e crítica. Concluímos pela necessidade urgente de deslocar o foco de "comemorações" pontuais para a integração contínua e decolonial dessas temáticas no currículo, transformando a escola em um espaço de valorização efetiva da diversidade e de combate ao racismo e ao preconceito.

Palavras-chave: Educação Intercultural Crítica. Estereótipos Raciais. Lei 11.645/2008. Formação de Professores. Decolonialidade.

INTRODUÇÃO

O ambiente escolar funciona como um espelho e um modelador das relações sociais mais amplas, sendo um território fértil para a reprodução, mas também para a contestação de estereótipos e desigualdades. No Brasil, a promulgação das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 representou um marco legal crucial ao tornar obrigatório o ensino de História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena em todas as etapas da educação básica. No entanto, a implementação dessas diretrizes esbarra em desafios profundos. Muitas vezes, o cumprimento da lei se restringe a atividades pontuais e superficiais durante as datas comemorativas, esvaziando seu potencial transformador.

Esta pesquisa, portanto, origina-se da necessidade de compreender como se materializam, no chão da escola, as representações das culturas indígena e afro-brasileira. Objetiva analisar criticamente as narrativas e práticas pedagógicas vigentes, identificando os mecanismos de estereotipagem e propondo reflexões alinhadas a uma educação intercultural crítica, entendida como um processo contínuo de "descolonização dos saberes" (CANDAU, 2020) e de construção de um projeto pedagógico verdadeiramente inclusivo e antirracista.

METODOLOGIA

Este trabalho configura-se como uma pesquisa em andamento, de natureza qualitativa e caráter exploratório-descritivo. O locus da investigação será uma rede pública de ensino de Manaus-AM, escolhida por situar-se em um contexto amazônico de notória diversidade étnico-cultural.

O procedimento de coleta de dados será dividido em três etapas complementares: 1. Análise Documental Detalhada: Serão examinados criticamente os Projetos Político-Pedagógicos (PPPs) das escolas, os planos de ensino de disciplinas como

História, Literatura e Artes, e os livros didáticos. 2. Observação Participante: Serão acompanhadas as atividades desenvolvidas durante as semanas que antecedem e sucedem o Dia dos Povos Indígenas (19 de abril) e o Dia da Consciência Negra (20 de novembro). 3. Entrevistas Semiestruturadas: O roteiro das entrevistas com os educadores abordará sua formação sobre o tema, suas percepções sobre a eficácia das atividades e os obstáculos enfrentados.

Os dados serão interpretados mediante a Análise de Conteúdo Temática, conforme proposto por Bardin (2011), buscando identificar núcleos de sentido que permitam compreender as categorias emergentes do material empírico, sempre cotejadas com o referencial teórico.

DISCUSSÃO

A discussão dos dados, ainda em fase de coleta, é antecipada pela robusta discussão teórica que fundamenta a pesquisa. Os autores consultados convergem ao apontar que a estereotipagem nas escolas não é um acidente, mas um sintoma de uma estrutura social mais ampla. Para Hall (2016), os estereótipos funcionam como uma "prática significativa" que reduz, essencializa e naturaliza a diferença, fixando identidades em marcadores simplistas.

Na escola, isso se traduz na representação do indígena como uma figura genérica do passado, associada apenas à natureza e a artefatos culturais (cocar, arco e flecha), apagando sua contemporaneidade e diversidade de mais de 300 etnias. Da mesma forma, a cultura negra é frequentemente confinada à escravidão, ao samba e à capoeira, negligenciando suas vastas contribuições filosóficas, científicas e artísticas.

Essa abordagem, além de empobrecedora, é danosa. Como alerta Gomes (2012), para crianças e adolescentes negros e indígenas, a constante exposição a representações caricatas e negativas pode levar à internalização do preconceito e a

um conflito identitário profundo. Para alunos não pertencentes a esses grupos, reforça-se uma visão preconceituosa e hierarquizada da sociedade.

A solução, portanto, não reside em simplesmente "melhorar" as festas de abril e novembro, mas em operar uma mudança de paradigma. É necessária a adoção de uma perspectiva intercultural crítica (CANDAU, 2006), que não apenas celebra a diferença, mas questiona as relações de poder, o racismo estrutural e os mecanismos de exclusão. Isso implica uma revisão curricular decolonial, que inclua autores indígenas e negros, e uma formação docente que vá além da capacitação técnica, promovendo uma auto-reflexão crítica sobre os próprios vieses inconscientes dos educadores. A prática pedagógica deve evoluir de atividades de "faz de conta" para projetos interdisciplinares de longo prazo, que envolvam, por exemplo, a história local, a contação de narrativas sob outras perspectivas e o estabelecimento de parcerias genuínas com comunidades tradicionais.

CONCLUSÃO

As conclusões preliminares deste estudo indicam que o caminho para superar a abordagem estereotipada das culturas indígena e afro-brasileira na escola é complexo e exigirá um esforço multifacetado. Em primeiro lugar, é imperativo que as políticas públicas acompanhem a legislação com investimentos concretos na produção e distribuição de materiais didáticos de qualidade, que apresentem narrativas plurais e accurate. Em segundo lugar, e talvez o ponto mais crucial, é a formação continuada de professores. Programas de desenvolvimento profissional devem ser criados para fornecer aos educadores suporte teórico e prático para tratar dessas questões com a profundidade e sensibilidade necessárias, tornando-os agentes ativos na desconstrução do racismo.

A escola precisa se reconhecer como um espaço de luta e de disputa de narrativas. A implementação da Lei 11.645/2008 não pode ser um apêndice no calendário escolar; ela deve ser o eixo central de um projeto educativo que almeja,



**XXIII
SEINPE**
FEIRA DE INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DA EDUCAÇÃO DO AMAZONAS

de fato, a equidade e o respeito à diversidade. Somente através de um compromisso coletivo e crítico será possível transformar as salas de aula em ambientes onde todas as histórias sejam contadas e todas as identidades sejam valorizadas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e verdadeiramente intercultural.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CANDAU, V. M. F. (Org.). **Educação intercultural e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

CANDAU, V. M. F. Diferenças, educação intercultural e decolonialidade: temas insurgentes. **Revista Espaço do Currículo**, [S. l.], v. 13, n. Especial, p. 678–686, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rec/article/view/53941>. Acesso em: 17 dez. 2024.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/10/Pedagogia-do-Oprimido-Completo.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

GOMES, N. L. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 98-109, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

HALL, S. **Cultural Identity and Diaspora**. In: HALL, S.; EVANS, J. (Ed.). *Questions of Cultural Identity*. London: SAGE Publications, 2016. p. 223-237.

MATHIAS, R. **Desafios à Educação Intercultural no Brasil**. PerCursos, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 11-20, 2007. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/percursos/article/view/1490>. Acesso em: 17 dez. 2024.